

O Sulear, a museologia latino-americana e seus desafios na arena epistemológica e geopolítica

Sulear, Latin American museology and its challenges in the epistemological and geopolitical arena

Luiz C. Borges*

Resumo

A primeira referência a *sulear* concerne à astronomia ou à geografia, qual seja, dirigir-se ao sul, voltar-se para ou estar no sul, opondo-se ao hegemônico *nortear*, cuja força uniformizadora pode ser detectada em mapas, planisférios e outras representações da Terra, como parte de um discurso que, por sua vez, constitui o cerne do paradigma vigente no campo científico e cultural. A segunda, política, respeita às assimetrias existentes entre nações acima e abaixo do equador, constatadas pela desigual distribuição de riqueza, poderio científico-tecnológico e reconhecimento artístico e patrimonial. Neste trabalho, *sulear* significa adotar uma posição teórico-política estratégica no campo sociocultural e científico relativamente às condições de existência do hemisfério sul e, particularmente, às da América Latina e do Brasil. O objetivo aqui visado é, com fundamento em uma análise discursiva, e levando em conta que todo e qualquer enfoque teórico-metodológico carrega as marcas de seu local de produção, qual seja, seu referencial histórico-cultural e ideológico a partir do qual o mundo é observado e interpretado, tecer considerações acerca de uma relação necessária entre a museologia e as práticas museais latino-americanas e caribenhas e os princípios e procedimentos do *sulear*. Para tanto, parto da constatação de que *sulear* implica ter uma compreensão crítica, em termos histórico-culturais, epistemológicos e ideológicos, do sentido profundo desse pôr-se ao sul. Ademais, considerando o atual estado do campo museológico, estar cômico de que uma tomada de posição *suleante* também significa travar uma permanente batalha de conceitos e paradigmas epistemológicos e geopolíticos.

Palavras-Chave: Sulear, Museologia, América Latina

Abstract

The first reference about *southing* is related both to astronomy and geography, that is, go southward, turn to or be in the south in opposition to the hegemonic *northing*, whose standardizing force can be detected in maps, planispheres and other Earth representations, which are constituents of a discourse that, on its turn, is the main core of the paradigm we find in the scientific and cultural fields. The second is politics and points out the asymmetries that there are between nations above and under the Equator, the ones that are confirmed by the unequal distribution of wealth, scientific and technological power, and artistic and heritage recognition. In this case, *Southing* means adopting a theoretical-political strategic position in the socio-cultural and scientific field addressed to cultural policies, especially the ones regarding museums and heritage relating to the southern living conditions and particularly to Latin America and Brazil. The aim of this paper is, based on a discursive analysis, and taking into account that any theoretical and methodological approach carries the characteristics of its

* Doutor em Linguística. Pesquisador titular aposentado do Museu de Astronomia e Ciências Afins e professor do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (Unirio/Mast).

locus of production, that is, its historical, cultural and ideological framework from which the world is observed and analyzed, to deal with the necessary relation between the museology and the museum actions and the principles and proceedings of southing. The point of departure is the conception that southing implies a critical understanding, in historical and cultural as well as epistemological and ideological ways, of the profound meaning of this standing southward. Besides, considering the current state of the museological field, to be aware that a southing position also means to face a permanent battle of concepts and paradigms both epistemological and geopolitical.

Key Words: Southing, Museology, Latin America

Orientando-se pelo e para o sul

Em geral, o devir latino-americano, a partir do período colonial, e em que pesem diversos vetores de criouliização (processo histórico, étnico e político resultado de culturas em contato, mesmo em contextos assimétricos), tem sido orientado pelos paradigmas que foram implantados pelos países colonizadores. Não há dúvida de que a estrutura epistemológica pela qual a América Latina¹ foi formada se originou na Europa e de lá se expandiu pelo mundo, como elemento constitutivo da expansão econômica, política e cultural do poderio europeu (em particular, de Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Itália e Alemanha) e, posteriormente, pelos Estados Unidos. Não obstante isso, há que se levar em conta que, historicamente, há e houve na América Latina uma diversidade de movimentos sociopolíticos afirmando especificidades socioculturais, com base nas quais identidades diferenciadas são reivindicadas.

Um dos elementos motivadores desta seção foi um álbum gravado por Mercedes Sosa cujo título, intrigante, é “Será posible el Sur?”². Discursivamente, este título-questionamento é significativo ao pôr em evidência uma série de questões históricas, geopolíticas e socioculturais que perpassam o sul (aqui entendido como sinônimo de América Latina) como realidade geográfica e, sobretudo, sócio-histórica. Resumidamente, o que se pergunta é: que sul é esse cuja existência é posta em questão? A pergunta também contém uma espécie de ironia angustiante pelo fato de expor essa dúvida político-existencial que leva os do sul a se questionarem acerca da possibilidade de existência plena no e para o sul. É na esteira dessa problematização onto-histórica que procuro tematizar, sob a perspectiva teórico-conceitual do movimento sulear e da Análise de Discurso (doravante denominada AD), a existência de epistemologia no sul (ou do sul), particularmente no que se refere à museologia.

Diante desse quadro, perguntar se há ou se é possível haver uma epistemologia sul orientada é a prova cabal de uma baixa autoestima cuja origem reside justamente no fato da América Latina (mas outras partes do Sul também) ter sido submetida à matriz europeia. Esse fato histórico fundante leva a desconfiar ou mesmo desprezar a capacidade latino-americana de, a partir de reflexões próprias, estabelecer categorias específicas de pensar/explicar o mundo. Acima de tudo, essa condição histórica e acadêmica tem por consequência direta a depreciação ou a desqualificação de lógicas e sistemas de pensamento estranhos a ou divergentes do sistema herdado da matriz europeia. A desqualificação das diversas epistemologias produzidas pelos inúmeros povos habitantes primários dessa vasta região são, ainda, um exemplo dessa prática excludente. Na mesma condição encontram-se as

¹Para efeito deste trabalho, a expressão América Latina compreende países que, nas Américas, desde o México ao Chile, compartilham o fato de terem sido colonizados e cujos habitantes são falantes de uma língua neolatina.

² À esta pergunta-título pode-se, no entanto, contrapor a político-poética declaração de Mario Benedetti ao afirmar que o sul também existe (ver o artigo de Arturo Escobar nesta edição).

matrizes epistemológicas de povos africanos que foram compulsoriamente transplantados para as Américas. Portanto, se me questionam sobre a existência de epistemologias latino-americanas, respondo que sim, mesmo se essas não sejam, em geral, objeto de debates teórico-acadêmicos. Mas respondo positivamente, sobretudo, levando em conta a sua necessidade.

Esta constatação torna-se ainda mais contraditória quando confrontada com movimentos políticos cujo propósito é a afirmação de uma autonomia latino-americana em diversos campos, seja do pensamento, seja do político-econômico. Ora, se a autonomia político-econômica é um objetivo a ser alcançado, por que, então, não reivindicar igualmente uma autonomia epistemológica (museológica, artística etc.)? A única razão pela qual essa pergunta pode ainda fazer algum sentido persiste no sistema educativo-formativo e nos protocolos científicos mediante os quais, em uma pesquisa, não apenas os dados são coletados, as perguntas são feitas, como as análises são conduzidas e as respostas são formuladas e avaliadas. O que sobretudo investe de sentido a pergunta “e por que não uma epistemologia suleada?” são os dispositivos político-ideológicos de manutenção da ordem herdada: publicações, sistemas avaliativos e de fomento, mecanismos de seleção etc. que, em geral, consideram como “não-científicos” paradigmas que não sejam sancionados pelos aparelhos ideológicos que operam no campo científico e acadêmico. O efeito discursivo da hegemonia norteadora (e suas projeções ideológicas) é o de que o conhecimento e o poder verdadeiros escorrem de cima (Norte) para baixo (Sul)³, produzindo e introjetando um (neo)colonialismo cultural (e psíquico) que, na avaliação de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (2010a), é mais prejudicial que o territorial e político-econômico.

Analisado a partir de uma perspectiva discursiva, esse paradigma apresenta um grau próximo de zero de reversibilidade, visto tratar-se de um campo discursivo autoritário, hierárquico e excludente. É igualmente por conta dessa estrutura e distribuição desigual de poder acadêmico que, geopolítica e epistemologicamente, se impõe a necessidade de uma tomada de posição (neo)meridionalmente orientada, mediante a qual a inércia político-acadêmica poderia ser rompida. Ademais, um movimento suleado, que ultrapasse a esfera acadêmica, contribuiria igualmente para uma revisão crítica da hegemônica estrutura de poder e de suas instâncias de mediação em todo território latino-americano.

Assim sendo, o apelo ao “se oriente, rapaz, pela constelação do Cruzeiro do Sul”⁴, também significa sulear(-se), qual seja, tomar o Cruzeiro do Sul - a constelação que aponta para o polo sul da Via Láctea - como marco referencial para aqueles que se encontram abaixo da linha do equador terrestre. E não se trata apenas de sulear-se astronomicamente, uma vez que implica uma radical mudança em relação ao padrão ensinado nas escolas, pois como já enfatizado, o sulear-se não se restringe a um marco geográfico ou astronômico. Consiste, sobretudo, em pôr-se ideológica e organicamente ao sul, qual seja, pensar, analisar e interpretar o mundo tendo o sul como eixo, como raiz, como ponto de partida e chegada, ou seja. Nesta acepção, sulear(-se) implica um estado-de-ser tanto existencial quanto geopolítico. Trata-se de uma específica realidade histórico-cultural, política e psicológica, na qual a luta político-ideológica é igualmente sinônimo de luta cultural ou de batalha de ideias. Neste sentido, a arena de luta ideológica desdobra-se também em arena epistêmico-metodológica, na qual a luta por emancipação e autonomia se trava em vários setores do campo científico e, em particular, no relativamente ao escopo deste artigo, no terreno dos museus e do patrimônio; pensando o primeiro como aparelho ideológico de sociedade, e o segundo como constitutivo de memórias e identidades.

³ Note-se a imagem espaço-geográfica cristalizada e incessantemente reproduzida, segundo a qual o Norte encontra-se em cima (na parte superior) e o Sul em baixo (na parte inferior). A própria referência dicotômica “cima” e “baixo” já denota a hierarquia (e a subordinação/dependência) instituinte da imagem.

⁴ Início da canção “Oriente” de Gilberto Gil, gravada em 1971 em show em Londres com a participação de Gal Costa. Lançada, posteriormente, no álbum “Expresso 2222”, em 1972.

Obviamente que não se trata de ignorar ou repudiar a cultura herdada, nem tampouco fechar-se em um sul idealizado e hipoteticamente autossuficiente. Mas de, por um lado, retomar em novas bases a tomada de posição antropofágica (ANDRADE, 1928) e substituir o Tupi or not Tupi andradiano, por sulear ou não sulear; e, de outro, de mover-se dialeticamente na arena do jogo do estar aqui/pensar lá, em que os dêiticos aqui e lá passam a referir-se respectivamente ao sul e ao norte. Tomo essa fórmula para representar o modelo de pensamento herdado, pelo qual nossa tendência é, estando no sul, tomar o norte como direção e fim, ou seja, pensar lá. No entanto, essa mesma fórmula, se ressignificada, pode também ser utilizada como de modo crítico mediante o qual se escrutine as narrativas da nossa história, o que implica um duplo movimento de desculturalizar a política e politizar a cultura. Assim, essa matriz lógica, pelo processo de suleamento, possa tornar-se estar/pensar aqui, dialogar com lá, numa permanente batalha de ideias e de posições de fala e de ação. Neste sentido, o sulear é um dos eixos na composição de qualquer projeto sociopolítico e cultural de autonomia da América Latina.

Sulear como politização da cultura

O sulear que, neste contexto, é tomado como análogo ao que, na terminologia de Dejan Mihailovic (2009), aparece como "nuevo meridionalismo", não deve ser geograficamente delimitado, considerando-se que a distribuição territorial daqueles países que se enquadram nesse conceito não constitui um espaço homogêneo, mas ao contrário, apresenta descontinuidades e, sobretudo, contradições entre si, provocando um processo dinâmico e desigual de convergências e divergências. Deste modo, sulear ou (neo)meridionalizar consiste, nos termos desse autor, em um "fenômeno reciente que posee elementos ideológicos, culturales y civilizatórios diferenciados"; tratando-se, pois, em termos geopolíticos, de uma espécie de "alianza heterogénea compuesta por vários países que tienen un propósito común, esto es, buscar un equilibrio en la estructura del poder global limitando los poderes tradicionales de los bloques regionales hegemónicos" (MIHAILOVIC, 2009, p.55). Este propósito comum, no entanto, não leva "naturalmente" a uma aliança total, uma vez que cada membro do bloco meridionalizado define, de acordo com sua história, suas interconexões internacionais e seus interesses locais, os modos e ações necessários para alcançar seus propósitos. Como mostrou Nilson Moraes (2009), embora os países latino-americanos possam estar sob as mesmas condições objetivas quanto, por exemplo, à dependência de países tecnopolítica e economicamente hegemônicos, tal situação não implica a constituição de uma identidade latino-americana.

Historicamente, a relação norte-sul, como índice de assimetrias econômico-políticas e cultural-ideológicas, foi analisada por Antonio Gramsci ao tratar do estatuto diferenciado que o norte industrializado e o sul agrário tinham na Itália. Trata-se do que foi denominado de questão meridional e sobre a qual Gramsci aponta que o norte italiano mantinha o sul como colônia de exploração e que essa situação político-econômica determinava, por sua vez, todo o conjunto de relações, inclusive as ideológicas e socioculturais. Desse modo – como também ocorre na América Latina –, o atraso e a dependência do sul eram creditados ao próprio sul, uma vez que, de acordo com o pensamento norte-hegemônico, "[...] se o sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros [...]" (GRAMSCI, 2004, p. 409). Não é difícil detectar as ressonâncias desse discurso em muitos enunciados que tratam do destino e das condições socioeconômicas e culturais da América Latina.

Em termos mais amplos, sulear (tal qual defendido, por exemplo, por Marcio D'Oliveira Campos, 2015) ou meridionalizar (no sentido do *nuevo meridionalismo*, tal qual definido e defendido por Mihailovic, op. cit.), ainda que podendo ser compreendido como um processo do campo

da geopolítica, ultrapassa os limites de competência e abrangência do geopolítico, uma vez que implica, suficiente e necessariamente, uma nova postura teórico-epistemológica tendo o sul como centro e eixo irradiador. Ou seja, evocando as reflexões de Cornelius Castoriadis (2004), é imprescindível adotar o suleare ou o neo-meridionalizar como elemento fundamental de um projeto político de tenha por finalidade a autonomia, que não esteja apenas voltado para o sul mas que seja irradiado do sul para o sul. Tal movimento, obviamente, se compõe de ações político-econômicas e socioculturais, cujo fim último é estabelecer na América Latina, mediante uma integração sul-sul, um projeto integral de autonomia, especialmente quando são consideradas, em sentido amplo, as heranças coloniais. Vem daí o sentido profundo de uma tomada de posição neo-meridionalizante.

Pondo-me de acordo com Mihailovic, considero que o neo-meridionalismo, ao romper com a geopolítica vigente, "va más allá de la globalización y la regionalización", contribuindo para a promoção de uma integração interregional, através da qual um desenvolvimento endógeno possa levar à criação de "una nueva configuración del poder global" (MIHAILOVIC, 2009, p.56). Isso significa dizer que a realização integral do neo-meridionalismo, ao abalar os fundamentos da atual configuração global de poder - em grande parte constituída desde o período colonial e expandida a partir do advento do capitalismo industrial -, levaria à constituição de um novo sistema internacional de poder, a partir do qual seria instituído um novo projeto político, cultural e epistemológico tendo o sul (este sul multirregionalizado e difuso) como centro e propósito.

No que tange à integração, como condição impreterível, para assegurar a força suleante desse neo-meridionalismo, é importante considerar que se trata de uma integração que abole a dominação ou a hegemonização. Como já mencionado, Moraes, ao tratar de identidades e políticas culturais latino-americanas, destaca, com razão, que, "a identidade cultural latino-americana produz [ou deve(ria) produzir] uma unidade na diversidade, uma integração tanto das identidades como das sociedades, mas não permite [ou não deve(ria) permitir] a existência de uma cultura única" (MORAES, 2009, p.163 - as intromissões entre colchetes são minhas).

Atualmente, a elaboração e implementação de políticas educacionais e culturais (as museológicas e patrimoniais, em particular), sob a dependência, direta e/ou indireta, do modo de produção capitalista mundializado (também conhecido como globalização), caracterizam-se, em grande parte, por seu norteamamento, qual seja, por irradiarem-se de um centro (também difuso, em termos puramente territoriais), que mantém a hegemonia, inclusive no que tange à valoração daquilo que é produzido e exportado academicamente pelas instituições e intelectuais latino-americanos que, no geral, são considerados como coadjuvantes do/no processo de produção acadêmica.

A tomada de posição suleante ou neo-meridionalizante implica justamente na superação desse paradigma colonial e colonizante herdado. A partir da assunção do ponto de vista suleado, isto é, da assunção do protagonismo das nações e povos ao sul do equador, e como parte do processo de reestruturação das relações de poder vigentes, deve-se atentar para o fato de que as políticas culturais suleadas visam, de acordo com o que asseveram Moraes e Mihailovic, nomeadamente, à interação e à cooperação ou à associação a objetivos e bens comuns, deixando que as especificidades locais sejam objeto de políticas culturais que estejam de acordo tanto com as disposições comuns, quanto com as necessidades e as tradições locais. Isso implica que tais políticas culturais devem observar duas ordens de problemas e/ou particularidades: a multietnicidade e a pluralidade que são marcas indelévels da história e das culturas latino-americanas. Isso posto, pode-se afirmar que, histórica e culturalmente,

[...] só a Antropofagia nos une; contra todas as catequeses; contra todos os importadores de consciência enlatada; queremos a revolução Caraíba. Maior que a Revolução Francesa; sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre

declaração dos direitos do homem; nunca fomos catequizados; fizemos foi carnaval; contra a verdade dos povos missionários, definida pela sagacidade de um antropófago (ANDRADE, 1928, s.p.).

Isso posto, em termos latino-americanos, *sulear* ou neo-meridionalizar significa, em primeiro lugar, dar voz e protagonismo àqueles que, em geral, ficaram marginalizados pelos critérios e estágios classificatórios impostos e introjetados pelo modelo civilizatório globalizante, o que implica tanto a colonização clássica, quanto as novas formas econômico-financeiras e sociopolíticas de colonizar que, no geral, desconsideram e/ou desqualificam as culturas locais em seu todo ou alguns de seus segmentos mais nucleares e significativos; ou, em muitos casos, as reificam e carnalizam para fins mercadológicos.

É possível uma museologia epistemologicamente *suleada* (?)

Tomo como ponto de partida, a questão central exposta, por exemplo, por Marcio Campos (2015), segunda a qual, histórica e culturalmente, e como efeito prolongado da colonização, os países latino-americanos introjetaram um norte ideal (e o norteamento) como a meta a ser política, econômica e culturalmente alcançada, como uma espécie de destino imposto. E, a partir desse processo de mitificação/mistificação do Norte, como sinônimo de primeiro mundo e de alta civilização e cultura⁵, passa-se ao consumo de ideologias, modelos políticos e econômicos, paradigmas artísticos, científicos e tecnológicos, os quais se tornam os paradigmas pelos quais medimos e avaliamos os diferentes sistemas culturais e políticos. Os quais o sistema escolar e as redes de museus tendem a reproduzir, indo na contramão do que convocava o manifesto antropofágico e, principalmente, do que provoca o movimento *sulear*, que tem como uma de suas premissas a politização da cultura.

Trata-se de um conformismo que pode ser exemplificado pela seguinte passagem, segundo a qual, “[...] o predomínio acachapante do liberalismo [...], e as políticas de fomento adotadas pelas fundações internacionais e pelas agências governamentais têm levado a uma progressiva ‘americanização’ das ciências [...], por vezes instaurando um colonialismo mental [...]” (BRANDÃO, 2006, p.408). Como consequência direta, a investigação científica termina por trafegar entre a meritocracia e a metodolatria, tornando inviável qualquer iniciativa contra o método, considerando, por exemplo, a necessidade de “fazer carreira”. Trata-se, ademais, de um malabarismo intelectual e metodológico que, em geral, descamba, pela centralidade do pensamento em e por si mesmo, em abstratização e formalização.

Aponto um indicativo desse colonialismo cultural e intelectual que também atinge a área acadêmica. Para tanto, basta comparar o destaque acadêmico dado a produtores de conhecimento ligados ao sul com o de autores, do mesmo ramo, ligados ao norte, como o comprova “o auto-elogio de um Anthony Giddens por seu papel na fixação da tríade de clássicos da sociologia quando um Florestan Fernandes já o havia delineado – e melhor! – vinte anos antes” (BRANDÃO, 2006, p.412)⁶. Essa diferença de distinção simbólica e sociocultural nada tem a ver com critérios objetivos de qualquer espécie; mas tem a ver

⁵ Na exposição de longa duração do Museu de Astronomia e Ciências Afins, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, chamada “Olhar o céu, medir a terra”, há um painel em que aparecem dois personagens: um europeu, vestido à moda europeia dos setecentos, lendo um livro, e, por detrás dele e atrás de uma árvore, um índio, vestido à moda tribal, usando um arco-e-flecha e em atitude suspeita. Trata-se de uma metáfora imagética do civilizado (do norte) e do bárbaro (do sul)?

⁶ Não se trata aqui de concordar, ou não, com Brandão se Florestan Fernandes fez essa fixação melhor do que Giddens. Trata-se, antes, do fato de, em geral, esquecermos que Fernandes o fez antes de Giddens, mas que é esse último que recebe os méritos.

totalmente com as diferentes realidades sociopolíticas, econômicas e geopolíticas entre os dois “hemisférios”.

Concordo com Brandão quando afirma que, a menos que nosso objetivo máximo seja participarmos do mercado científico apenas como produtores de matéria prima ou como requentadores do que consumimos desse mercado, deve-se urgentemente rever não apenas atitudes individuais, mas sobretudo as estruturas educacionais, de fomento e publicação para que se possa produzir e fazer circular ativas e inovadoras leituras do mundo, a partir das realidades locais e com foco nelas. Ou seja, deve-se escovar a contrapelo o famoso jargão de que se deve agir local e pensar globalmente. Esse é também o desafio de uma perspectiva suleada de ciência e de cultura, em geral: contribuir criticamente para a construção de uma autonomia política e acadêmica.

Em vista disso, o que significa politizar ou sulear o museu e a museologia latino-americana e caribenha⁷? Entendo que, principalmente, consiste em ser um componente indispensável para qualquer projeto de desalienação e de autonomia, não apenas político-econômica, mas igualmente intelectual e cultural. No que concerne particularmente ao campo museológico e museal implica um modo sul-sul de compreender, musealizar e expor o mundo.

Em termos globais, politizar a cultura significa ter plena consciência da dimensão iminentemente política da sociedade e de tudo aquilo que a envolve e a que ela se refere. E esta é também a dimensão fecundante de dois conceitos propostos por Camargo Guarnieri: o museu como processo e o fato museal, ambos decalcados das ciências sociais e implicados diretamente na natureza sócio-política de qualquer sociedade e de todo ser social (RÚSSIO, 1977; CAMARGO GUARNIERI, 2010b, 2010c).

Ao se pensar o museu como fato, processo ou ser social, tem-se necessariamente de admitir que nem o museu nem a museologia estão alheios, como partes do total da sociedade, ao conjunto daquilo que István Mészáros (2008) chamou de metabolismo social ou sociometabolismo. Face ao suleamento, não será difícil constatar que, no que concerne aos museus e à museologia latino-americanos, persiste um certo imobilismo e uma resistência à substituição de paradigmas norteados por suleados. De forma que muitos museus latino-americanos ainda funcionam, no mais das vezes, como centros reprodutores e difusores de modelos instituídos acima do equador, ficando, por assim dizer, com as costas voltadas para o sul.

Deste modo, a forma-museu que aqui vige respalda-se ou tem sua razão de ser fundada em uma museologia produzida ao norte do equador. Ao passo que a proposta suleante concerne a um museu e a uma museologia que, sendo produzidas ao sul do equador, aqui fazem sentido e têm sua razão de ser. Assim, o sulear, no campo da museologia latino-americana, se processaria como uma forma ativa e político-epistemológica de transformação radical do campo museal como um todo.

Valho-me das palavras de Nelly Decarolis para propor que uma museologia latino-americana suleada é aquela que se encontra “[...] dispuesta a abrir nuevos espacios museales para [...] explicitar deseos, dudas y expectativas ante al desafío de la realidade con que trabajan los museos de nuestra región”, de maneira a conceber e praticar os museus como “um espaço de diálogo que permita reconhecer y respetarla diversidade que sustenta el pluralismo cultural” (DECAROLIS, 2015, p.17). Contudo, não se trata apenas da diversidade étnica e sociocultural. Ao falar de enfrentamento da realidade regional, trata-se, antes, do desafio posto aos museus latino-americanos e caribenhos de enfrentar as estruturas hierárquicas e, portanto, desiguais e violentas que caracterizam as sociedades latino-americanas, tanto como

⁷ Reportamo-nos à situação dos museus e da museologia latino-americana e caribenha, mas cientes de que o mesmo se aplica aos museus e às museologias africana e asiática, assim como a todas aquelas que manifestam dependência teórico-metodológica e processual aos modelos exportados pelas academias, associações e museus do Norte.

herança colonial, quanto por sua condição de dependência ao modo capitalista de produção e civilização.

Se a elaboração de metarrealidades afigura-se como o constructo específico do imaginário e das narrativas museais, de acordo com Stransky (cf. BARAÇAL, 2007); e se Meneses (1994) afirma que uma exposição funciona, afinal, como um teatro da memória – logo, como uma encenação ou dramatização a partir de um modo de interpretar e representar a memória, o que, só por si é indicativo de que a memória é sempre um campo de disputa e constituinte da batalha das ideias – pode-se, então, deduzir que, em qualquer instância, desenrola-se nos museus, entre os museus e entre os museus e outros segmentos da sociedade, uma disputa de e por sentidos (determinados, cristalizados, isto é, unos; ou em deriva ou fluidos). Logo, no terreno específico dos museus, metarrealidade e teatro da memória combinam-se para, discursivamente, o estabelecimento de uma verdade que, como toda verdade, é parcial e provisória.

Aplicando aos museus a categoria gramsciana de intelectuais (BORGES, 2014) e analisando o comportamento desses intelectuais, percebi que, em geral e independentemente da tipologia ou da temática museal, os museus se comportam sociopoliticamente como intelectual tradicional, isto é, aquele cuja consciência não se compromete como nenhuma classe ou segmento social por considerar-se pairando acima dessas divisões sociais, identificando-se, deste modo, como ideologicamente neutro. Em contraposição a essa postura pseudo-neutra, Camargo Guarnieri afirma que, apesar da aparente segurança que essa postura oferece,

[...] nós não somos nem podemos nos permitir ser neutros, nem inocentes. O status de cidadania científica das áreas em que trabalhamos não impede o exercício de nossa própria cidadania. Num país de tão grandes desigualdades e injustiças, não nos é permitido imaginar uma *atitude natural* para profissionais e para os *museus*. A Museologia contemporânea, como teoria e como prática, está carregada de *ética* (CAMARGO GUARNIERI, 2010d, p. 199 – grifos da autora).

Em suma, não importa em que tipologia um museu possa ser enquadrado, grosso modo, ele tenderá a ser posicionado sociopoliticamente como um intelectual tradicional⁸. O movimento *sulear*, por sua vez, visa levar os museus a se assumirem como intelectuais orgânicos. Qual seja, que assumam sua identidade meridional, para que a reflexão e as metarrealidades sobre o sul não sejam, como ainda o são, filtradas e silenciadas pelo paradigma museal norteado.

Afinal, no que tange a museus e a patrimônios, devemos considerar que as políticas públicas, assim como os processos e procedimentos relativos a essas áreas encontram-se sujeitos, de um lado, aos ditames tecno-científicos e, de outro, à burocracia hierarquizada, própria de estados autoritários, como o são, em geral, os latino-americanos. Em ambos os casos, lidam-se com especialistas cuja autoridade e discurso competentes (CHAUI, 2014) atuam, muitas vezes, como *gate keepers*. As nações e estados capitalistas, em que pesem diversos instrumentos legais e político-sociais que filtram o substrato autoritário, confirmam a conclusão de Herbert Marcuse ao apontar que “[...] o progresso intensificado parece estar vinculado a uma igualmente intensificada ausência de liberdade” (MARCUSE, 2013, p.2), dado o afeito do princípio de mais-repressão, diretamente relacionado ao estado com o detentor máximo, se não exclusivo, da violência, seja a sistêmica, seja a simbólica, como afiança Slavoj Žižek (2014).

⁸ Estou me referindo, particularmente, à formação histórico-ideológica da maioria dos museus, sem levar em conta, por exemplo, o modo como, hodiernamente, muitos museus se apresentam diante de seus públicos. E sem esquecer que há, obviamente, muitos museus integrados socialmente e que podem ser considerados intelectuais orgânicos, também categorizados como museus de primeira pessoa.

Considerando que a sociedade constitui um todo articulado e orgânico, a forma e a natureza do estado são fundamentais na constituição e na condução de políticas culturais, tanto para o campo específico dos museus, quanto para o do patrimônio. E, como fica claro, os estados e sua política (seja econômica, de saúde, ou seja, cultural) encontram-se dependentes de um sociometabolismo cujas matrizes harmonizam-se aos interesses do capital. De forma que toda problemática de adotar uma perspectiva baseada no sul para a museologia e para os museus pode ser relacionada à apegos ao já-dado, ou ao que, em AD, se denomina de pré-construído.

No campo especificamente museal, por exemplo, são débeis as ressonâncias de algumas correntes museológicas mais epistemologicamente politizadas, como a museologia crítica e a sociomuseologia (ou a museologia social). Ainda ocorre o procedimento tradicional de culturalizar o político. Via de regra, o discurso museal segue o padrão politicamente asséptico criticado por Camargo Guarnieri. Discursivamente, trata-se de um efeito caricatura, pelo qual o intelectual museu exibe-se como imotivado política e ideologicamente, reivindicando para si, enquanto ser social, aquilo que constitui, justamente por ser ele um ser social, uma impossibilidade, qual seja, não ser afetado pelo sociometabolismo vigente e, deste modo, pairar acima das disputas e contradições sociopolíticas. Como afirma Camargo Guarnieri (2010e), o profissional de museus ou da museologia é um trabalhador social, qual seja, aquele que não apenas exerce a função social do trabalho, mas que tem consciência de sua posição/função dentro da sociedade, e não uma espécie de intelectual suprassocial. Por isso, se o museu e seu estar em sociedade constitui um fato social, isso significa que, enquanto tal, ele faz parte da trama social e histórica pela qual a sociedade se tece e retece.

Desde a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972⁹, os museus latino-americanos vêm sendo instigados a voltar-se criticamente para a realidade social e ambiental na qual se inserem. Essa demanda ressalta principalmente o papel que os museus desempenham como elementos partícipes dos processos formativos e educativos dos sujeitos nas sociedades contemporâneas. Neste mesmo sentido deveriam caminhar as políticas públicas voltadas para a cultura e, particularmente, aqueles que tratam de bens patrimoniais. Esse quadro fica ainda mais explícito diante das reais condições socioeconômicas e culturais nas quais vive a maioria das populações latino-americanas, as quais se defrontam com as insuperáveis e sistêmicas diferenças de classe, associadas ao modo de produção que, além de ser propulsor de relações sociais é igualmente o modelo civilizatório atualmente hegemônico. Considerando que, em geral, os museus e as políticas patrimoniais operam como elementos representativos desse modelo uniformizador, com sua violência sistêmica e simbólica, cabe sempre discutir não apenas qual o papel sociopolítico dos museus, mas igualmente questões relativas à identidade museal, ponderando acerca das diversas possibilidades dessas instituições ocuparem posições e situações de classe. Assim, a pergunta nuclear que deve impulsionar essa discussão é: nas atuais configurações político-ideológicas é possível ser o museu um lugar efetivo de crítica e transformação?

Nesta direção e avançando um pouco além dos enunciados das Resoluções resultantes da Mesa Redonda, cabe reconhecer que esse evento foi um marco na museologia latino-americana, especialmente pela manifesta importância dada ao elemento político na teoria museológica, além da fixação de conceitos tais como o museu integral - aquele que leva em conta a totalidade dos problemas da sociedade como orientação para sua ação, de modo a enfrentar tais problemas no âmbito de sua competência -, o museu como ação - aquele que se põe como instrumento dinâmico da necessária mudança das estruturas então vigentes.

Outro ponto importante, é a afirmação de que na América Latina havia, e há, museologias locais, ou seja, aquelas adaptadas às realidades socioculturais locais. Neste sentido, e como uma espécie de antecedente do *sulear*, segundo Hugues de Varine, a Mesa Redonda de Santiago foi o primeiro esforço para fazer uma interação entre as museologias do norte e do

⁹ Em que pese a revisão histórica e museológica a que a Mesa Redonda de Santiago tem sido submetida, não resta dúvida, entretanto, que ela se converteu em um mito (ou discurso) fundador da museologia latino-americana.

sul, como também de “provocar uma interação entre os atos ligados ao desenvolvimento da própria região para uma melhor educação, desenvolvimento urbano etc.”, de modo a manifestar uma tomada de posição segundo a qual se afirmava que “o museu pode ter um papel ativo no desenvolvimento local, regional e nacional de cada país” (VARINE, 2010, p. 97). Segundo o próprio Varine, o substrato teórico e político-social que estruturou a Mesa Redonda de Santiago foram as teorias e práticas pedagógicas de Paulo Freire. A questão central aqui não é se o museu pode, ou não, exercer esse papel, mas a partir de que local de fala e de práxis socio-museal esse papel poderá ser exercido. E é justamente nessa arena que os diversos intelectuais-museu se diferenciarão sociomuseologicamente.

Passados já quase cinquenta anos desde a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), pode-se, todavia, dizer que a estrutura hierárquica e autoritária de poder ainda vigente na América Latina constitui o maior obstáculo a impedir que algumas das resoluções oriundas desse importante encontro pudessem ser efetivamente postas em prática. E ainda que sejam consideradas as muitas transformações teóricas e práticas no campo museológico, verifica-se que pouco foram modificadas as formações discursivas e o *modus operandi* de museus, seja no que tange a equipe sociotécnica, seja de teóricos da museologia. De modo global, tal imobilidade relativa é compatível com as estruturas de pensamento e práticas operacionais constitutivas da sociosfera das sociedades latino-americanas.

É por essa razão que pensar em termos de objetividade e neutralidade não apenas das tecnociências (campo do qual a museologia faz parte), mas de seus instrumentos tanto teóricos, quanto analíticos, é um simulacro pelo qual se escamoteia o cerne da questão e, assim, causar um efeito dissimulador, visto que apresentar a ciência, a técnica e a atividade profissional [...] como meios neutros ou como puros e simples instrumentos não é simples ‘ilusão’: ela faz parte, precisamente, da instituição contemporânea da sociedade – isto é, faz parte do imaginário social dominante de nossa época”, dado que esse imaginário social pode ser esquematicamente apresentado como sendo caracterizado pela necessidade da “expansão ilimitada da maestria (*maîtrise*) racional” (CASTORIADIS, 1981, p.13). No entanto, essas características não existem no vácuo, elas respondem, antes, à estruturação ontológica das sociedades em geral e, em especial, das sociedades formadas no e pelo modo de produção e civilização capitalista que, resumidamente, são sociedades hierarquizadas e racional-administradas.

Em direção a uma epistemologia do Sul¹⁰

Estou convencido de que, para uma América Latina autônoma, um dos caminhos a ser percorrido é aquele que leva em direção a uma epistemologia do Sul e a partir do Sul. Isto é, uma epistemologia que, como já dito, se proponha a escovar a contrapelo o campo do pensamento. Isso significa contrapor-se criticamente ao paradigma “estar aqui (no sul)-pensar lá (no norte)-analisar aqui (os fenômenos do sul)”, a fim de instituir um paradigma baseado no eixo “estar aqui-pensar aqui-sobre as coisas daqui-dialogando com lá”. Ou, em outros termos, uma epistemologia fundada no eixo sul-sul (levando em conta, por exemplo, algumas novas configurações geopolíticas que põem em xeque a atual estrutura hegemônica de poder total, como apontam Mihailovic, 2009, e Moraes, 2009, por exemplo). E se, de acordo Marx (2004) é o ser social que define/conforma/configura a consciência (inclusive a consciência de pertencermos a uma sociedade, a um tempo e as determinadas formas de gozo), através de um conjunto heteróclito de mediações e mediadores, então as transformações na estrutura

¹⁰ Talvez devesse fazer uma distinção entre epistemologia do sul e epistemologia suleada. A locução “epistemologia do sul” apresenta dois significados principais: a) que são originadas do Sul; b) que existem no Sul, mas não significa objetivamente que sejam centradas no Sul. Isto é, que seu ponto de partida e de chegada sejam sul orientados, ou orientados pelo eixo Sul-Sul, como deve ser uma epistemologia suleada.

paradigmática de poder demandam, igualmente, transformações no modo como percebemos, recortamos e explicamos as nossas realidades.

E se um dos elementos fundamentais da tomada de posição *suleada* é o componente epistêmico-político, então é óbvio afirmar que qualquer epistemologia, como componente do campo filosófico, define-se *onto* e geneticamente como política. No caso das Américas (e de outras regiões que, sob essa perspectiva, também se integram a esse *sul* *onto-geopolítico* e *suprageográfico*), a significação política *suleada* impõe-se, justamente em função da história e da posição geopolítica dessa região. Para tanto, é imprescindível retornar e retomar, em um processo crítico permanente, ideias e proposições daqueles que nos antecederam e daqueles que estão neste momento contribuindo com suas reflexões, análises e cursos, para construir essa nova epistemologia. Dentre esses destaco, sem descurar de que há outros e cada vez mais outros, autores como Marcio D’Olne Campos e Nilson Alves de Moraes¹¹ (Brasil), Dejan Mihailovic e Mariano Báez Landa (México) e Johannes Maerk (Áustria)¹².

De modo que uma epistemologia do *suleamento/neo-meridionalização* permite, de acordo com Moraes, "reconverter e ressignificar patrimônios e artefatos e, com isso, oferecer uma nova reconversão, novos usos e sentidos. As tecnologias e novos materiais introduzidos oferecem e reformulam o uso e o sentido, permitindo e estimulando uma apropriação original dos elementos" (MORAES, 2009. p.162). É justamente isso que, desde a Mesa de Santiago, com vista ao alargamento epistemológico e ideológico-cultural do campo museológico, espera-se que seja a tomada crítica de posição dos museus (e seus teóricos e técnicos) latino-americanos - o que, infelizmente, até agora ainda não aconteceu, a despeito do que já vem sendo realizado, tanto no âmbito da museologia (cf. CARVALHO, 2008¹³), como no âmbito acadêmico em geral (cf. CAMPOS, 2015; MIHAILOVIC, 2009).

Apesar de avanços teóricos e das transformações ocorridas no campo museológico, ainda é possível verificar que grande parte dos museus latino-americanos e caribenhos continua estrutural, técnica e ideologicamente, consumindo e reproduzindo modelos, linguagens, discurso e políticas elaborados e postos em circulação pelo paradigma dominante. Em vista disso, adotar uma perspectiva *suleante* ou *neo-meridionalizante* não significa simplesmente observar ou adotar o Sul como referencial. Significa, acima de tudo, assumir um compromisso com um novo modelo ou paradigma tanto (geo)político quanto teórico-metodológico. Em suma, adotar um novo ponto de observação e intervenção *do/no* mundo. Ou seja, não se trata apenas de uma reconversão acadêmica, mas da assunção de uma nova mentalidade e de uma nova *praxis*. Em termos museais e patrimoniais, *sulear* significa contrapor-se ao atual sistema hegemônico de memórias que ainda submete a América Latina e o Caribe a formas de colonialismo cultural e/ou epistemológico.

Por essas mesmas razões, não basta *sulear* o museu e a museologia, ou a política e a cultura em direção à América Latina; assim como não basta localizar-se ao Sul, ou *sulear* a América Latina no sentido de direcioná-la para o Sul. É, sobretudo imprescindível superar o histórico norteamento de modo a submeter os modelos teórico-metodológicos e protocolos de procedimentos (identificações e/ou conformismo epistemológico) à crítica a partir de uma nova postura intelectual e profissional. Como aponta Denise Studart, "o museu, sozinho, não

¹¹ Aos quais agradeço não apenas por terem-me despertado para o tema do *sulear*, como também pelas contribuições críticas que deram a este texto.

¹² Na Universidade de Viena, Johannes Maerk ministra um curso denominado "Epistemologias do Sul" (em comunicação pessoal).

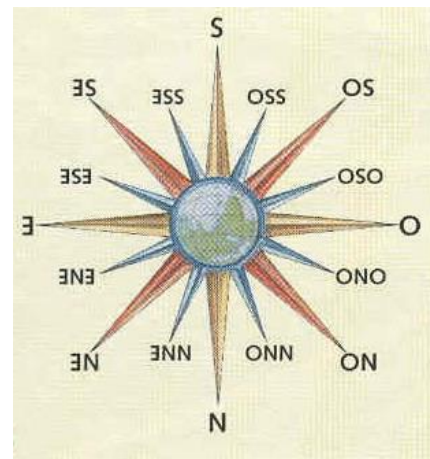
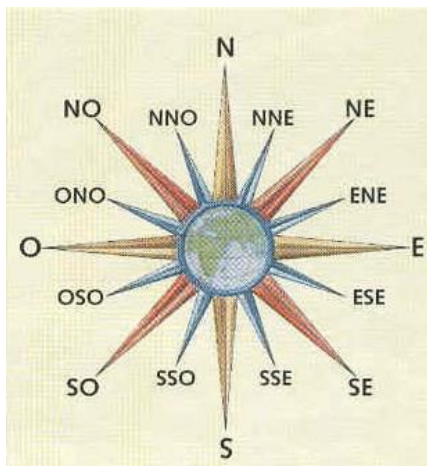
¹³ É importante destacar aqui o pioneirismo de Luciana Menezes de Carvalho que, em sua dissertação de mestrado, que trata da museologia latino-americana, e influenciada por Marcio D’Olne Campos, discute o *suleamento* nas teorias museológicas postas em prática na América Latina. Outro destaque importante, no que tange às epistemologias do sul, é a existência, desde 1989, de um subcomitê do Comitê Internacional do ICOM de Museologia (ICOFOM) especificamente voltado para a problematização da museologia latino-americana e caribenha, o ICOFOM-LAM.

vai modificar a sociedade, mas pode contribuir para a mudança se desempenhar o seu papel de atuar criticamente, formando os instrumentos básicos para o exercício da cidadania” (STUDART, 2010, p. 156), sendo necessário que diversos setores da sociedade participem desse movimento transformador.

Para que, efetivamente, ocorra uma transformação integral da sociedade (isto é, dos aparelhos ideológicos aí atuantes: escolas, imprensa, museu, academias etc.), é imprescindível que intelectuais, acadêmicos e profissionais da área da cultura conscientizem-se e assumam, dentre outros, um lugar de fala sulcêntrico (não apenas topologicamente, mas sobretudo etno-histórica e politicamente). Para tanto, devem submeter à crítica rigorosa e descolonizante os modelos e procedimentos; currículos e programas de fomento e políticas de publicação que seguem normas e sistemas de avaliação norte-orientados. Em suma, devemos dessacralizar saberes e instituições, reduzindo-os àquilo que efetivamente são: processos e produtos sócio-históricos, portanto, sujeitos à revisão histórica e ideológica.

No entanto, o que se percebe é que até agora muitos museus, profissionais de museus e teóricos da museologia continuam expressando e espelhando os modelos e parâmetros importados de museus e de museologia norteados. Outro exemplo que confirma essa orientação refere-se aos nossos mapas, plantas e cartas de navegação que continuam de “cabeça para baixo”, indicando que devemos “subir” para o norte e “descer” para o sul, qual seja, todos os referenciais de horizonte comumente utilizados continuam submetidos à hegemonia do norte (por exemplo, ao indicar a localização em relação aos pontos cardeais, as

Figs. 1 e 2. Em suma, os ideais culturais civilizatórios vigem na América Latina permanecendo os mesmos desde o início do processo de expansão capitalista que nos conquistou e forjou essa civilização tropical.



plantas arquitetônicas apontam o norte em cima, assim como o fazem as bússolas – 1 e 2). Em suma, os ideais culturais civilizatórios vigem na América Latina permanecendo os mesmos desde o início do processo de

Figura 1 – Pontos cardeais
norteados

Figura 2 – Pontos cardeais
“suleados”¹

Fonte: <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/os-pontos-cardeais-suas-subdivisoas.htm#>

Assim, o sulear, como perspectiva ou postura histórico-política, vem contrapor-se à mais-repressão, cuja dominância é perceptível, e que tem por fim submeter o sujeito e seu ato criativo (ato antropogênico) às estruturas de dominação atualmente existentes, ao mesmo tempo em que lhe incute um simulacro de liberdade e autonomia. Encontra-se nesse processo educativo-formativo o fundamento para o sentimento de empatia ou de identificação que o oprimido, em geral, manifesta em relação ao opressor (às suas exigências, valores e verdades), e que Marcuse mostrou como a “identificação dos que se revoltam com o poder contra o qual se revoltam”, processo e produto de uma estratégia e de um encobrimento que se põe, para os sujeitos, como “liberdades, opções e individualidades” (MARCUSE, 2013, p.69; 75). Trata-se de uma estrutura ideológica e discursiva que é, em geral, melhor exemplificada pela religião, pelos esoterismos e, na contemporaneidade, pela sedução das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com seu apelo à constante atualização e imersão em aplicativos.

Enfim, diria que somente haverá, na América Latina, efetivo suleamento, quando não apenas os intelectuais, acadêmicos e técnicos, mas sobretudo a população em geral, imbuírem-se de uma consciência e de uma práxis nacional-popular. Ou, em termos latino-americanos, todos assumirmos uma visão ou leitura de mundo latino-americano-popular. Afinal, sulear significa ter a plena consciência, isto é, estar inequivocamente consciente dessa latino-americanidade em todos os campos do pensamento e da ação. Isso implica, ao mesmo tempo, estar cômico da responsabilidade que esta tomada plena de consciência implica.

E, por isso mesmo, se Gilberto Gil recomenda que nos orientemos pelo Cruzeiro do Sul, e se Mercedes Sosa quase nos põe contra as cordas ao perguntar se é possível o sul, qual deve ser a resposta? Acredito que, investidos tanto das palavras de Mario Benedetti, quanto do paradigma suleado, devemos responder que o sul é e deve ser possível, considerando que a existência do sul transcende sua viabilidade geográfica, pois implica uma nova postura política em vista de um projeto diferenciado, ou suleado/neo-meridionalizado de autonomia, do mesmo modo que, de fato, já existem e são utilizadas diversas epistemologias do Sul, sejam as acadêmicas, ou sejam aquelas que não fazem parte (ainda) do mundo acadêmico e, que por isso mesmo, não são (ainda) reconhecidas e legitimadas. Para finalizar, evoco, ainda que contraditoriamente, o testemunho do poeta norte-americano Charles Bukowski (2015, p.231) para reafirmar que, para nós da América Latina, se efetivamente queremos nos afirmar como totalidade identitária, epistemológica e museológica, “o sul é a [nossa] única saída”, de modo a quebrar as barreiras ideológicas e tecnocientíficas entre as culturas norte-hegemônicas e as que são produzidas ao sul do equador.

Referências

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, ano 1, n. 1, s.p., 1928. Disponível em: <http://www.tanto.com.br/manifestoantropofago.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BARAÇAL, Anaildo Bernardo. *O objeto da museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránsky*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)-Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORGES, Luiz C. O intelectual museu às voltas com seus oximoros. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 7, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2014.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Teoria política a partir do sul da América? In: BORON, Atilio. *Filosofia política contemporânea*. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: USP, 2006. p. 407-421.

BUKOWSKI, Charles. *Queimando na água, afogando-se na chama*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

CAMARGO GUARNIERI, Waldisa Rússio. Quem são e o que são os museólogos. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, [s.d.] 2010a. p. 237-242.

CAMARGO GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu para quê? (A necessidade da arte). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, [s.d.] 2010b. p. 69-77.

CAMARGO GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museologia e museu. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, [1979] 2010c. p. 78-85.

CAMARGO GUARNIERI, Waldisa Rússio. Presença dos museus no panorama político-cirntífico-cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, [1989] 2010d. p. 195-202.

CAMARGO GUARNIERI, Waldisa Rússio. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, [1990] 2010e. p. 203-210.

CAMPOS, Marcio D'Olne. SURear, NORTear y ORIENTar: puntos de vista desde los hemisférios. In: LEYVA, Xochitl et al. *Prácticas otras de conocimiento*. Entre crisis, entre guerras. San Cristóban de las Casas, Chiapas: Cooperativa Editorial Retos, 2015. p. 433-458.

CARVALHO, Luciana Menezes de. *Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar*. Dissertação (Mestrado de Museologia e Patrimônio)-Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto*. Vol. VI – figuras do pensável. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena. *Ideologia da competência*. São Paulo: Belo Horizonte: Fundação Perseu Abramo/Autêntica, 2014. (Escritos de Marilena Chauí, vol. 3).

DECAROLIS, Nelly. Apresentação del encuentro: nuevas tendencias de la museología contemporánea en Latinoamérica. In: *ACTAS DEL XXII ENCUENTRO DEL ICOFOM LAM: nuevas tendencias para la museología en Latinoamérica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ICOM Argentina, 2015. p.16-18.

GRAMSCI, Antonio. Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas. In. GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 405-435.

MARCUSE, Herbert. *Eros e a civilização*. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: ETC, 2013.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, ns, v.2, p.9-42, jan./dez. 1994.

MÉSZÁROS, Istvan. *Filosofia, ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIHAILOVIC, Dejan. Orden global: nuevo meridionalismo y desterritorialización del Estado. *Maracanã*, v. V, n. 5, p. 43-62, jan./dez. 2009.

MORAES, Nilson Alves de. Integração e identidades culturais na América Latina. *Maracanã*, v. V, n. 5, p. 155-166, jan./dez. 2009.

RÚSSIO, Waldisa Pinto. *Museu*. Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Escola Pós Graduada de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

STUDART, Denise C. Conceitos que transformam o museu, suas ações e relações. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Coord.). *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro*. Documentos selecionados. Vol.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, 2010. p. 148-157.

VARINE, Hugues de. Mesa Redonda: a Declaração de Santiago do Chile (1972). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Coord.). *O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro*. Documentos selecionados. Vol.2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museu, 2010. p. 97-107.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência*. Seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em 12/07/19

Aceito em 20/09/19